



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em
11/02/2020

PORTARIA N. 77-CJF

Dispõe sobre a criação do Grupo de Estudos sobre Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a importância do fortalecimento da implementação das normas da Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças;

CONSIDERANDO, ainda, a relevância dos interesses protegidos por esse instrumento internacional e os inúmeros incidentes decorrentes de sua aplicação em processos em curso na Justiça Federal;

CONSIDERANDO, mais, a necessidade de agilização dos procedimentos para restituição das crianças subtraídas e a necessidade constante de aperfeiçoamento da legislação correlata.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo de Estudos sobre Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças do Conselho da Justiça Federal, identificado como GESIC.

Art. 2º O GESIC terá por atribuições conhecer, acompanhar e monitorar processos em curso na Justiça Federal que envolvam sequestro internacional de crianças, com objetivo de:

I – Identificar e sugerir boas práticas na condução dos processos.

II – Constatar situações críticas e auxiliar o magistrado condutor do processo na proposição de medidas conciliatórias.

III – Emitir notas técnicas para o aperfeiçoamento da legislação correlata, bem como apresentar propostas de atos normativos.

IV – Propor medidas administrativas para o aprimoramento procedimental das rotinas envolvidas nos processos.

V – Organizar reuniões e propor encontros e seminários com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, das universidades e de quaisquer outros parceiros que, de qualquer modo, possam contribuir para o debate e apresentação de propostas que visem ao aprimoramento da legislação e ao bom andamento dos processos em curso.

VI – Elaborar cartilha informativa à população sobre os direitos, deveres e medidas a serem tomadas em casos de sequestro internacional de crianças.

Art. 3º O GESIC será presidido pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal, Ministro João Otávio de Noronha, e coordenado pela Desembargadora Federal Mônica Sifuentes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo composto pelos seguintes membros:

I – Juíza Cláudia Silva Andrade Freitas, representante do Conselho da Justiça Federal;

II – Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho, representante da Corregedoria-Geral;

III – Desembargadora Federal Daniele Maranhão, representante do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

IV – Desembargador Federal Theophilo Miguel, representante do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

V – Desembargadora Federal Inês Virgínia Prado Soares, representante do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;

VI – Desembargador Federal Fernando Quadros, representante do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

VII – Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira, representante do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria 548-CJF.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente do Conselho da Justiça Federal



Autenticado eletronicamente por **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Presidente**, em 11/02/2020, às 19:35, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0099589** e o código CRC **34D73BF3**.